

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.618.139 - MG (2016/0204638-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**RECORRENTE** : ALIMENTA NUTRIÇÃO ANIMAL S/A  
**ADVOGADOS** : ALEXANDRE FIGUEIREDO DE ANDRADE URBANO - MG055283  
CLARISSA CÔRTE VARELA E OUTRO(S) - MG134255  
**RECORRIDO** : ASSOCIAÇÃO CULTURAL TEIA DE TEXTOS  
**ADVOGADO** : ARILDO CARNEIRO JUNIOR - MG126363

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por ALIMENTA NUTRIÇÃO ANIMAL S.A. contra acórdão proferido pelo TJMG assim ementado (e-STJ fl. 200):

APELAÇÃO CÍVEL- EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - EMBARGOS DO DEVEDOR - CLÁUSULA ARBITRAL - FORO DE BELO HORIZONTE - OPÇÃO DAS PARTES - EXTINÇÃO DO PROCESSO - IMPOSSIBILIDADE. Restando previsto expressamente no contrato que as partes podem optar entre buscar a solução dos conflitos relativos àquele negócio jurídico na arbitragem ou no Poder Judiciário, não há como prevalecer a extinção do feito em decorrência da necessidade de prévio acionamento da arbitragem.

Os embargos de declaração foram rejeitados, com imposição de multa (e-STJ fls. 215/219).

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 223/246), interposto com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da CF, a parte recorrente alega ofensa ao art. 535 do CPC/1973, porque ausente o exame acerca da validade da cláusula arbitral. Defende não ser o caso de aplicação de multa nos embargos de declaração, nos termos de súmula e entendimento pacífico sobre o tema.

Assevera violação dos arts. 4º, 6º, 7º e 8º da Lei n. 9.307/1996 e 267, VII, do CPC/1973, entendendo que a inclusão de cláusula de eleição de foro no contrato firmado entre as partes não desnatura o compromisso arbitral, devendo ser extinto o processo. Indica dissídio.

Juízo de admissibilidade positivo (e-STJ fl. 326).

É o relatório.

Decido.

O recurso especial foi interposto com fundamento no CPC/1973, motivo por que devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, com as interpretações dadas pela jurisprudência desta Corte (Enunciado Administrativo n. 2/STJ).

Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, conforme dispõe o art. 535, I e II, do CPC/1973.

Inexiste afronta ao art. 535 do CPC/1973 quando o acórdão recorrido pronuncia-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos,

manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo juízo.

Desse modo, não assiste razão à parte recorrente, visto que o Tribunal *a quo* decidiu a matéria controvertida nos autos, ainda que contrariamente aos seus interesses, não incorrendo em nenhum dos vícios previstos no art. 535, II, do CPC/1973.

Por outro aspecto, esta Corte tem o entendimento de que não é cabível multa nos primeiros declaratórios apresentados com o propósito de sanar vícios na decisão proferida, nos termos da Súmula n. 98 do STJ.

Acerca da convenção de arbitragem, os julgadores assim esclareceram (e-STJ fl. 202):

Diante (...) da leitura da cláusula sexta, é de concluir, tal como já restou consignado no acórdão de fls. 100/106, que o contrato firmado entre as partes deixou expressamente consignado na cláusula sexta que as partes poderiam optar entre utilizarem-se da arbitragem para a solução dos conflitos decorrentes do contrato ou buscarem amparo no Poder Judiciário, tendo restado estipulado que, em ambos os casos, o procedimento seria adotado na cidade de Belo Horizonte, merecendo, assim, reforma a sentença de 1º Grau que extinguiu o feito, sem resolução de mérito.

Tendo a Turma julgadora assim decidido com base na análise do contrato firmado entre a partes, concluir diversamente demandaria seu reexame, inviável em recurso especial, de acordo com a Súmula n. 5 do STJ, fundamento cabível para as alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Diante do exposto, DOU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso especial, para reconhecer a inaplicabilidade da multa nos embargos de declaração. Ficam mantidos os ônus da sucumbência.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator